

ARTIGOS

PELO VIÉS DA COLABORAÇÃO: A IMPRENSA NO PÓS-1964 SOB OUTRO PRISMA*

*Beatriz Kushnir***

Resumo

O cerne da reflexão centra-se na análise do papel desempenhado pela maioria dos órgãos da grande imprensa nas vésperas do golpe de 1968, no pós AI-5 e, principalmente, na construção da memória dos “homens de jornal” no contemporâneo acerca de suas ações no passado recente do país.

Palavras-chave

Censura; imprensa; golpe civil-militar.

Abstract

The center of this reflection is the analysis of the role performed by most of the great press organs on the eve of the 1968 coup, during the post-AI-5 period, and mainly on the construction of the “press men’s” memory, during the contemporary time, regarding their actions in the country’s recent past.

Keywords

Censorship; press; civil-military coup.

Os “homens de jornal”

O intuito da reflexão é o de buscar a gênese dos intrincados caminhos e relações entre imprensa e poder a partir dos encontros de jornalistas e censores. Assim, foi possível constatar que, se muitos dos censores eram jornalistas, em uma parte da grande imprensa, no período pós-1968, havia jornalistas que eram policiais. Neste sentido, trata-se de mapear uma experiência de *colaboracionismo* de uma parcela da imprensa com os órgãos de repressão no pós-AI-5. Ou seja, tem-se como mote a atuação de alguns setores das comunicações do país e suas estreitas (permissivas) conexões com a ditadura civil-militar do pós-1964. Além de não fazer frente ao regime e às suas formas violentas de ação, parte da imprensa também apoiou a barbárie. Assim, como Cláudio Abramo sublinha, se existe

[...] um equívoco que a esquerda geralmente comete é o de que, no Brasil, o Estado não é capaz de exercer o controle, e sim a classe dominante, os donos. O Estado influi pouco, porque é fraco. Até no caso da censura, ela é dos donos e não do Estado. Não é o governo que manda censurar um artigo, e sim o próprio dono do jornal. Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura. [...] A ditadura jogava bruto, censurava o jornal, sonegava notícias, mentia, manipulava índices de custo de vida. [...] Houve um período em que não se podia acreditar em nada que saía impresso; era publicado nos jornais que um guerrilheiro tinha morrido atropelado, quando na verdade tinha morrido numa cela, sob torturas mais bárbaras”.¹ (Abramo, 1988:118 e 120).

Na ponderação de Abramo, há sua visão particular acerca do tema da censura. Seu olhar encontra, entretanto, respaldo na realidade vivida, como se poderá notar. Isto porque, o jornalista sinaliza para um acordo entre parte da imprensa e o Estado autoritário do pós-1964.

As empresas jornalísticas no país podem ser vistas como clãs, feudos, oligarquias. É importante destacar que os quatro principais jornais do eixo Rio/São Paulo - *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, e *O Estado de S. Paulo* - são, ou foram, até bem pouco tempo, empresas familiares. Molde, aliás, copiado também por outros periódicos e por algumas editoras, tanto de livros, como de revistas, como as Editoras Bloch e Abril.

Escolheu-se conjecturar com o que há de mais forte nessas relações de cooperação, apreendendo o ato de colaboracionismo² como tendo cores e tonalidades várias. Tanto podia ser exercido de maneira individual, como coletiva. Vale salientar, este modo de agir não é exclusivo do jornal selecionado. Suas características peculiares, no entanto, tornaram-no um *locus* privilegiado desta análise.

O objeto eleito é o periódico denominado *Folha da Tarde*, do Grupo Folha da Manhã. Este jornal foi criado em 1/7/1949, com o *slogan* “o vespertino das multidões” e, assim

permaneceu até 31/12/1959. Retornou em 19/1/1967 e foi extinto em 21/3/1999. O intervalo de tempo que inquieta esta análise, todavia, é o que vai do seu ressurgimento até o dia 7/5/1984.³ Nesses dezessete anos, entre 1967 e 1984, o país foi dos “anos de chumbo” ao processo das “Diretas Já”; e a *Folha da Tarde* teve tanto uma redação de esquerda engajada, como de partidários do autoritarismo que reinava no Brasil.

Assim, nas páginas desse jornal há desde denúncias sobre os tempos vividos, como e principalmente, o reflexo do seu aval às conjunturas do momento. Os homens e mulheres que lá trabalharam, ou seja, o seu corpo de jornalistas é um grupo diverso e múltiplo. Viveram tanto as forças do arbítrio, nas prisões e mortes não só relatadas, mas também sentidas na própria pele, como muitos igualmente pactuaram com os agentes da repressão. Como se poderá notar, a trajetória da *Folha da Tarde* espelha tanto as rupturas e mudanças no panorama brasileiro, como ainda os caminhos percorridos pelo Grupo Folha da Manhã para se adaptar aos percalços e à efervescência política daquele período, perdendo poucos anéis, mas jamais os dedos.

O início da década de 1960, portanto, foi um momento de grandes mudanças internas no Grupo. Por um lado, alterações de forma: três jornais são reunidos em um, que recebe o nome de *Folha de S. Paulo*; de outro, as de estrutura, com a nova direção da empresa. Com a substituição de Nabantino Ramos por Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, a linha editorial, a partir de então, se tornou francamente anti-janguista. Como outros jornais, os do Grupo, além disso, apoiaram as mobilizações e os acontecimentos que culminaram na ação de 31 de março/1º de abril de 1964.

Concomitantes ao alinhamento editorial ocorriam transformações em âmbito empresarial. A *Folha de S. Paulo* a partir de então buscou ampliar seu público, adquirindo uma frota própria e, ao conquistar o leitor do interior do estado, aumentou sua influência. Quanto às metamorfoses na forma e no conteúdo do jornal, o cargo de diretor de redação do *Folhãõ* foi ocupado por José Reis, homem do jornal desde 1948, e que esteve à frente da *Folha* até 1967.

Cláudio Abramo assumiu o *Folhãõ* em 1967 e esteve à sua frente quando, entre 1969 e 1972, este viveria um momento de censura, imposta pelo regime a toda a imprensa e que não findou no início dos anos de 1970 para a totalidade da imprensa. O ano de 1967 foi o período inicial das transformações da *Folha*, quando o Grupo investiu em tecnologia, com a aquisição de máquinas *offset*, e no aumento da frota para acelerar a entrega de seus jornais. Essas modificações se iniciaram pelo jornal *Cidade de Santos* em 8/7/1967 e chegaram à *Folha de S. Paulo* em 1/1/1968. No meio do caminho, em 19/1/1967, relançou-se a *Folha da Tarde*, como o primeiro jornal paulistano a publicar fotos coloridas na primeira página.

Credita-se, deste modo, a esses primeiros anos do Grupo uma ampliação substancial do seu público leitor e a conformação do seu perfil empresarial. Assim é que, em 1965, o Grupo adquiriu o jornal *Notícias Populares*, fundado dois anos antes.⁴ E doze anos após a posse de Frias e Caldeira, a *Folha de S. Paulo* transformou-se no jornal mais lido no interior do Estado de São Paulo, segundo o Ibope.

E a *Folha da Tarde*, que imagem deixou? É impossível refazer esse desenho nos prendendo somente ao espaço da redação. O corpo de redação da *Folha da Tarde*, de 1967 a 1984, é formado por dois grupos distintos: os de antes e os de depois do AI-5. A existência dessas duas *castas* se cruza intimamente com os acontecimentos políticos do momento. Além de reportar a realidade para as folhas impressas, muitos dos que lá trabalharam tiveram engajamento contra ou a favor da repressão.

De tal modo, compreender o porquê da *Folha da Tarde* renascer em 1967 também é uma forma de adentrar nessa trama. As uniões e separações dos Frias com figuras como Cláudio Abramo e seus pares indicam os difíceis caminhos que unem idealismo e realidade no Brasil pós-1968, tendo como palco o prédio amarelo. Para ver e rever alguns desses embates, faz-se importante trazer à tona a trajetória desse periódico.

As trajetórias da Folha da Tarde?

A *Folha da Tarde* que nasceu naquele outubro de 1967 era um jornal completamente diferente do que existiu entre 1949 a 1959. O projeto a queria moderna, colorida, impressa em *offset*. Nas suas páginas deveriam estar as questões nacionais do momento e, principalmente, a efervescência que transpirava pelas ruas do país. Quando o jornal foi para as bancas, o cenário político era de constante movimento e havia uma permanente ebulição. Dirigida primeiramente pelo jornalista carioca Jorge Miranda Jordão, egresso da *Última Hora*, contou nesse momento com “velhos jornalistas” que tinham pouco mais de trinta anos de idade, e pessoas que começavam suas carreiras. Muitos deles, como Raimundo Pereira, Frei Betto, Paulo Sandroni, Chico Caruso, viriam a ter um papel de destaque em sua profissão nas décadas seguintes.

A linha editorial era de oposição ao governo, até quando este permitiu; nesses primeiros tempos, o jornal caminhava ainda para encontrar seu perfil e definir bem seu público-alvo. Foram o desenrolar do panorama e o posicionamento pessoal dos jornalistas daquela redação o que deu o tom do jornal. No fundo, portanto, ele se constituiu como um reflexo do momento vivido. Assim, como refletiu Paulo Sandroni, “não creio que fosse um jornal de esquerda, mas ganhou esse caráter depois”.

Nas manchetes da *Folha da Tarde* de 1968 o tom é quase sempre político. Em abril, trazem as torturas sofridas durante oito dias, no Rio, por dois irmãos e cineastas durante

a missa de sétimo dia do estudante Edson Luís, morto no mês de março em um conflito com a Polícia Militar no restaurante estudantil Calabouço, no Rio. Em 2 de outubro, em letras garrafais, o jornal diz: “Conheça Vladimir, ele quer o poder”.

Fica claro o quanto a efervescência política ganhava espaço nas ruas e nas páginas dos periódicos. A maioria dos jornalistas tinha alguma militância, mesmo que apenas como simpatizante. Muitos dos jornalistas daquela redação ou eram ou tinham amigos engajados politicamente. No prédio da Alameda Barão de Limeira, a *Folha da Tarde* ainda noticiou, no dia 13 de dezembro, a libertação de José Dirceu e a transferência de outros estudantes, presos no Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo, para outras unidades militares e do DOPS em todo o país.

O mais drástico estava por vir. Carlos Penafiel, responsável pela diagramação do jornal, resumiu o que aconteceu ali horas depois, quando, à noite, o locutor da agência Nacional, Alberto Cúri, tendo ao seu lado o ministro da Justiça, Gama e Silva, leu o Ato Institucional nº 5:

[...] o AI-5 mexeu na redação. Nossa primeira reação foi que, como jornal, estávamos mortos. Daí em diante a linha à esquerda do jornal era meio impossível. Sabíamos que o pouco de liberdade que poderíamos ter da censura oficial, [seria confrontada] com a censura interna (Frias, Caldeira e Cia.). Houve um desânimo geral e muitos saíram nessa ocasião. Só continuaram os que não tinham muita opção, afinal o AI-5 tinha mexido com toda a Imprensa. [Assim,] ou se partia para fazer jornais clandestinos ou se ficava onde estava (Depoimentos à autora, por e-mail, em 18 a 22/5/2000).

O AI-5: a imposição de outra realidade

Com a decretação do AI-5, muitos proprietários de empresas de jornal criam alternativas para se adaptarem aos “novos tempos”. Na mesma semana que o regime autoritário *endureceu*, em vários órgãos de imprensa os jornalistas mais combativos foram demitidos. Jorge Miranda Jordão permaneceu à frente da *Folha da Tarde* por mais alguns meses e foi demitido do Grupo nos primeiros dias de maio de 1969. O dono do jornal, Octávio Frias de Oliveira, chamou-o na sua sala e disse: “não posso mais ficar com você”.

Alguns jornalistas da *Folha da Tarde* eram simpatizantes da militância armada de esquerda, abrigo reuniões em suas casas, hospedando pessoas ou participando da rede de apoio, como o próprio Miranda Jordão, que acabou sendo preso em agosto de 1969. Afora as demissões do jornal, a repressão pós-AI-5 os surpreendeu com máxima violência, com invasões de domicílio e prisões ou forçando-os à clandestinidade, como ocorreu com Paulo Sandroni. A “caça às bruxas” intensificou-se após o seqüestro do embaixador norte-americano, em 4/9/1969, e o cerco a Carlos Marighella, morto em São Paulo, exatamente dois meses depois.

Nas alterações na direção do jornal, entre a saída de Miranda Jordão e a posse de Pimenta Neves, exerceu o cargo um *prata da casa*. Posteriormente, o editor responsável,

[...] que andava com uma capanga armada pela redação, e fomos todos demitidos. A linha do jornal tinha mudado completamente, a ponto de que quando fui demitido por motivos políticos, junto com 8 colegas, em agosto de 1969, de toda a antiga equipe não restava mais ninguém (Depoimentos à autora, por e-mail, em 18 a 22/5/2000).

A partir de julho de 1969, com o fim da equipe de redação formada a partir de outubro de 1967, o jornal, torna-se, nas palavras de Cláudio Abramo, sórdido. O papel desempenhado pelo grupo Folha da Manhã durante os anos de 1970 recebe muitas críticas. Para Freire, Almada e Ponce,

[...] a imprensa, censurada aqui e ali, não oferecia resistência mais séria ao governo quando se tratava das organizações de esquerda revolucionária. E aqui distinguimos muito bem os jornalistas dos donos de jornal. É preciso que se diga, a bem da verdade, que muitos jornalistas arriscaram seus empregos e mesmo a vida, enviando notícias para o exterior e passando algumas informações apesar da censura. Jornais, como a *Folha de S. Paulo*, transformaram-se em porta-vozes do governo militar e mesmo cúmplices de algumas ações (Freire, 1997:42).

Acusam-se o jornal e a empresa Folha da Manhã de algo extremamente sério: de terem sido entregues à repressão como órgãos de propaganda, enquanto papel, tinta e funcionários eram pagos pelo Grupo. Neste sentido, buscando um perfil desse periódico, encontrei muitos depoimentos que se auto-atribuíam a criação da célebre frase que definiu a *Folha da Tarde* a partir de julho de 1969. O jornal era tido como “o de maior tiragem”, devido ao grande número de policiais que compunham sua redação no pós-AI-5. Muitos também a conheciam, por isso, como “a delegacia”.

Os homens da “lei”

DIÁRIO OFICIAL DA OBAN

O jornalista Antônio Aggio dirigiu o jornal *Cidade de Santos*, do mesmo Grupo Folha da Manhã, de julho de 1967 a junho de 1969. Declaradamente um repórter policial, com bom trânsito nas fontes de polícia, foi convocado para a *Folha da Tarde* porque “o jornal não vendia”. O recorde de venda teria sido com as imagens dos combates na Rua Maria Antônia, em 3/1/1968, quando se comercializaram onze mil exemplares/dia, enquanto a média era 2.5 exemplares por dia. Havia sido esta, aliás, a “explicação oficial” permanente para se substituir Miranda Jordão: a baixa venda do jornal e a falta de recursos para executar um similar competitivo com o *Jornal da Tarde*. De Santos, Aggio trouxe ainda

Holey Antônio Destro e José Alberto Moraes Alves, o *Blandy*, e “tomou posse” do jornal a partir de 19/6/1969. O então jornalista Ítalo Tronca, que era remanescente da redação de Miranda Jordão, lembrou que da antiga equipe que sobreviveu ao AI-5, permaneceu quem precisava do emprego.

Até que chegou o Aggio. Ele trazia para dentro da redação um estojo que parecia um violão. Não sabíamos o que era. Mas ele gostava de exibi-lo na sua sala: uma carabina turca. Nós não sabíamos de onde vinha essa gente [Aggio, Horley e Torres]. O Horley vinha armado de uma automática. Torres era relações públicas do IVº Comar e fazia um gênero amigo. Os outros dois eram acintosamente policiais (Depoimentos à autora, por e-mail, em 18 a 22/5/2000).

Rememorando esta trajetória, o jornalista Adilson Laranjeira, que, muito mais tarde, em meados da década de 1980, comandou a *Folha da Tarde*, em substituição a Aggio, “talvez fosse conveniente, naqueles tempos, manter a *Folha da Tarde*”, como um jornal “de maior tiragem”, onde muitos jornalistas eram policiais ou se tornaram lá dentro. Além do próprio editor-chefe, o chefe de reportagem Carlos Dias Torres era investigador de polícia; o coronel da PM, na época major, Edson Corrêa, era repórter da Geral; o delegado Antônio Bim esteve por algum tempo no jornal; e o chefe da Internacional, Carlos Antônio Guimarães Sequeira tornou-se delegado, por concurso, em 1972 (Entrevista à autora, em 7/7/1999).

A proposta de Antônio Aggio, quando assumiu a *Folha da Tarde*, era torná-lo o oposto daquele do período dirigido por Miranda Jordão, intensificando a ênfase às narrativas policiais. Tem-se a impressão, ao consultar o periódico, que a gestão de Miranda foi percebida por Aggio como uma ilha. O novo editor construiu uma ponte sobre ela, unindo outra vez o jornal à sua suposta “gênese”, com exceção, é claro do reconhecimento e manutenção da tecnologia *off-set*, o grande avanço de modernização gráfica da época.

Um exemplo que corrobora essa aparente necessidade de distanciar as redações de Miranda Jordão e de Aggio foi a cobertura dada à prisão de Frei Betto. Em nenhum momento a *Folha da Tarde* mencionou que o jornalista teria pertencido aos quadros do jornal. Nem Betto, nem nenhum dos outros militantes presos e que tinham trabalhado no jornal. No mesmo dia 11/11/1969, a *Folha da Tarde*, a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* relataram a prisão do dominicano no Rio Grande do Sul. O *Estadão* foi o único a mencionar que Frei Betto era ex-chefe de reportagem da *Folha da Tarde*.

A pressão sobre os donos do jornal era muito grande e, além da presença policial na equipe de redação, da substituição do espaço do editorial – o lugar onde a equipe de redação opina sobre as questões do momento – por *charges* e da guinada à direita, o tablôide adotou a censura interna e autocensura. Neste sentido, sublinha Boris Casoy, que foi

editor-chefe da *Folha de São Paulo*, “por uma questão de sobrevivência, o Grupo Folha não tinha censor. Tinha decidido não enfrentar o regime. Fez autocensura” (Entrevista à autora, em 18/3/1999).

Do mesmo modo, as manchetes da primeira página da *Folha da Tarde*, além de difundirem informes oficiais – que davam outra versão à verdade dos fatos –, além disso, criavam um pacto com o cativo público leitor. O tom agressivo apregoava, aumentava as vendas:

- ⇨ "**Honras militares para a vítima de Marighella**", de 8/11/1969, sobre o enterro da investigadora Stela Borges Morato, baleada no cerco a Carlos Marighella;
- ⇨ "**Oban desmantela quadrilhas do terror**", de 28/1/197, acerca dos mais de 32 militantes políticos presos;
- ⇨ "**Cônsul livre: começa a caça**", de 16/3/197, sobre a troca de presos políticos pelo cônsul japonês;
- ⇨ "**Prisão para os 14 terroristas da ALN**", de 1/4/197, acerca do indiciamento de 143 “criminosos”, dos quais 14 já com prisão preventiva decretada;
- ⇨ "**Terrorista fere e morre metralhado**", em 4/4/197, sobre a morte de Dorival Ferreira;
- ⇨ "**Fim do seqüestro: 4 bandidos na Argélia**", de 16/6/197, sobre a troca de presos políticos pelo embaixador alemão;
- ⇨ "**Chantagem sexual é arma do terror**", de 28/7/1971, sobre a militante Solange Lourenço Gomes, que se entregou à repressão em março daquele ano, e que, anos mais tarde, se suicidou;
- ⇨ "**Terror mata e rouba em hospital carioca**", de 3/9/1971, sobre o assalto à clínica Dr. Eiras por militantes de esquerda;
- ⇨ "**Amor, fé e orgulho. Para sempre Brasil**", de 8/9/1971, sobre as paradas militares do dia anterior;
- ⇨ "**Lamarca deixou 2,5 milhões de dólares**", de 2/9/1971, acerca da morte de Carlos Lamarca;
- ⇨ "**Eis os assassinos e inimigos do povo**", de 28/9/1971, com fotos dos militantes procurados;
- ⇨ "**DOPS paulista desmascara infiltração comunista**", de 23/1/1975, divulgando 15 indiciados na Lei de Segurança Nacional.

O padrão manteve-se nos quinze anos de gestão de Antônio Aggio à frente da *Folha da Tarde*, de 1/7/1969 a 7/5/1984. Ainda na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, na plenária de 25/4/1984, pelas “Diretas Já”, todos os jornais do país noticiaram a intimidação que o general Newton Cruz realizou, fazendo *exercícios militares* e cercando

o Congresso Nacional, com tropas da PM, do fim da tarde até às 21 horas. O general Cruz, ex-chefe do SNI, era, desde agosto de 1983, responsável pelo Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar, com sede em Brasília, e o executor de medidas de emergência. Usando desse instrumento, o general declarou ter antecipado o esquema de segurança em 24 horas, para evitar o acesso não autorizado ao Congresso. No entanto, o cerco se deu após oitocentos estudantes terem se concentrado no saguão para uma vigília cívica até a votação. Para a *Folha da Tarde*, todo o episódio não passou de um teste de adestramento.

Homens de jornal e Homens da lei: quem era quem

A *Folha da Tarde* foi um porta-voz, e, como tal, conhecida como o *Diário Oficial da Oban*, ao reproduzir informes do governo como se fossem matérias feitas pelo próprio jornal. As imagens, construídas para além da verdade dos fatos, ditavam uma direção de raciocínio. Esses foram os “serviços prestados” pelo jornal, de julho de 1969 a 7/5/1984. O grande poder da *Folha da Tarde*, segundo Aggio, estava na sua alta vendagem. Se este foi um dos motivos que justificaram a linha policialesca durante a década de 1970, em meados dos anos 80 a realidade começou a se alterar. Na perspectiva de Carlos Brickman,

[...] quando o grupo de Aggio deixou de vender jornal, caiu. Ao meu ver, Boris Casoy definiu a coisa com mais precisão: a *Folha da Tarde* era de extrema direita porque o regime era de extrema direita. Se o regime fosse de extrema esquerda, a *Folha da Tarde* seria igualzinha, com os mesmos dirigentes, e seria de extrema esquerda. Na verdade, a *Folha da Tarde* era o jornal da Polícia. Se a Polícia fosse a Gestapo, como a nossa parecia aspirar ser, seria Gestapo. Se fosse KGB, seria KGB numa boa, sem problemas. Não havia, no direitismo da *Folha da Tarde*, nenhuma raiz econômica: era apenas a supremacia da ordem que valia (Entrevista à autora, em 21/4/1999).

O destino do jornal já estava, porém, selado. Em meados de abril de 1984, Antônio Aggio foi convidado à sala de Octávio Frias de Oliveira, onde também estava o filho. Não havia, segundo os donos do jornal, mais espaço para *aquela Folha da Tarde* no prédio da rua Barão de Limeira. Na primeira sexta-feira de maio, dia 4 – pouco mais de uma semana depois da derrota das “Diretas Já” –, Antônio Aggio assinou um longo artigo de página inteira. Contrariando o acordado, em uma espécie de editorial intitulado “Plebiscito e referendo, instrumentos de salvação nacional”, com *charges*, citações da Constituição de 1967 e análises políticas e definições de Estado e democracia, ficavam patentes as sincronias da *Folha da Tarde* com os novos rumos da empresa.

Na sua versão, Aggio deixou o jornal depois de escrever essa sua “carta de princípios”, e não porque, para o Grupo Folha, ele simbolizava um passado que devia sair de

cena e ser esquecido. O país buscava novos ares, e a *Folha de S. Paulo* se engajara em informar o público leitor sedento dessas informações. Assim, era definitivamente imprescindível retirar os “tiras” da redação. Eles eram um dos símbolos de um Brasil obsoleto e, como a anistia era recíproca, não se julgariam também os seus atos. Em seu último dia de jornal, 7/5/1984, Aggio publicou uma pequena nota, despedindo-se de seu público, que vinha rareando, e agradeceu à sua equipe “aguerrida que sempre praticou a lealdade acima de tudo”. Novamente são as vendas que justificam as mudanças da *Folha da Tarde*.

Aggio se tornou repórter especial da Agência Folhas e se aposentou em 1986. Enquanto policial, manteve o vínculo empregatício na Secretaria de Segurança Pública. O delegado Sequeira também continuou no jornal até 1988, dirigindo a Internacional. Do antigo trio, Horley Antônio Destro engajou-se no mercado publicitário.

Visto desta forma, ao que parece, tudo tomou um lugar, apaziguando dilemas, o que pode causar certo desconforto para quem não se enquadrou na “nova ordem social”. Por isso, é importante sublinhar o tom dessa transição, tanto na *Folha da Tarde*, como no país. Ela pontua como as elites brasileiras não perderam o controle e reafirmaram, nesses episódios, e em muitos outros, a tradição da conciliação.

Temas tão caros e complexos – conciliar, negando a dor, e reafirmar sempre uma herança democrática brasileira – são imagens fortes que desfocam as análises. Quase sempre vista como um *dado*, algo intrínseco, as raízes democráticas do país são sublinhadas constantemente, tentando perceber os períodos de arbítrio como exceções. Por esse raciocínio, aparar arestas sem exorcizar fantasmas é um preço que deve ser pago para garantir a inquestionável democracia. Por esse olhar, os crimes não existem ou são passíveis de perdão. Tudo em nome da preservação desse sistema político, envolto também em fragilidade. Qualquer ação, assim, poderia desestabilizar a democracia, que não é percebida como uma conquista, mas está e sempre esteve deitada em [nosso] berço esplêndido.

No caso da *Folha da Tarde*, os jornalistas responsáveis, íntimos do círculo policial repressivo, trocaram intencionalmente a narrativa de um acontecimento pela publicação de versões que corroborassem o ideário autoritário oficial. Certamente, acreditavam em suas ações, compactuando sempre com o poder vigente. A essa atitude se pode dar o nome de autocensura, como também colaboração.

Fieis aos seus “donos”, esses *cães de guarda* farejaram uma brecha, protegeram uma suposta morada e, principalmente, ao defender o *castelo*, venderam à sociedade uma imagem errônea. Quando o “tabuleiro do poder” modificou-se, muitos desses *servidores* foram aposentados, outros construíram para si uma imagem positiva e até mesmo heróica, distanciando-se do que haviam feito. Outros tantos se readaptaram e estão na mídia como sempre. De todos esses esquemas e estruturas para perder poucos anéis, algo deve ser

sublinhado. O jornal, impresso ou televisionado, é um produto que vende um serviço, a informação, comprada pelos leitores. Assim, muitos pagaram pelo jornal impresso para saberem o que se passava nos seus mundos. Outros sofreram com o que estava impresso no jornal, mesmo que no dia seguinte este tenha virado simples papel de embrulho de peixe nas feiras.

Recebido em setembro/2007; aprovado em outubro/2007

Notas

* Esse paper apresenta um resumo dos capítulos 4 e 5 da minha tese de doutoramento em História, defendida junto ao Departamento de Pós-graduação e publicada, em 2004 [Cães de guarda, jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo, Boitempo]. Parte destas reflexões foi publicada também nos Anais do 1964-2004: 40 anos do Golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil (UFRJ/CPDOC/APERJ/UFF – 22 a 26/3/2004). RJ, 7 Letras, 2004. pp. 80-90.

** Doutora, professora visitante do Departamento de História da UFF, diretora do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro. E-mail: bkushnir@uol.com.br

¹ Abramo, Claudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, pp. 118 e 120.

² Gostaria de sublinhar que utilizo esse termo porque compreendo as atitudes tomadas como algo mais que uma adesão aos pressupostos do pós-1964 e principalmente do pós-1968. Além de apoio também é compromisso, por isso colaborar tornou-se mais acertado do que aderir.

³ No dia 21/3/1999, a *Folha da Tarde* circulou pela última vez. Fazendo um balanço dos 43 anos de atividade, a matéria descreveu que “nos anos 70, [o jornal teria mudado o] seu perfil, tornando-se mais conservador, em consonância com as demandas do eleitorado da época”.

⁴ No início de 2001, foi a vez de outro jornal, de mesmo perfil e também pertencente ao Grupo Folha da Manhã chegar ao fim. Em 2/1, o jornal *Notícias Populares*, definido como um “veículo de informação para o trabalhador, principalmente dos grandes centros urbanos”, deixou de circular. O jornal *Notícias Populares (NP)* foi criado por Herbert Levy para proporcionar uma “substância popular” à sua própria candidatura ao governo de São Paulo pela UDN. Com a decretação do AI-2, em outubro de 1965, o periódico perdeu a sua função e, para Levy, tornava-se inútil manter um jornal já que não teria direito a voto no ano seguinte. Percebe-se, na análise de Maia, que as diretas para governador também “foram enterradas pelo AI-3, baixado em fevereiro de 1966. O NP tornou-se propriedade da família Frias e do Caldeiras logo depois da abertura das urnas em outubro de 1965, quando se constatou a perda eleitoral dos candidatos governistas no Rio e em Minas. O ambiente político ficou completamente alterado e a derrota de Carlos Lacerda, na Guanabara, turvou as perspectivas de poder da extinta, [pelo AI-2], UDN. O Ministério da Justiça, como as lideranças políticas do Congresso Nacional, já discutiam abertamente o fim das diretas programadas para 1966. Levy seria candidato ao governo por São Paulo e Lacerda concorreria como civil a presidente”. Adquirido pelo Grupo Folha, o jornal manteve em seus quadros o editor, o romeno Jean Mellé, e o duplê de jornalista e policial Waldemar Ferreira de Paula. Waldemar veio a se tornar, anos depois, editor da seção policial, com a saída de Ramão Gomes Portão, o primeiro editor dessa área no jornal, que deixou o NP brigado, em 1970, pouco antes da morte de Mellé. Jean Mellé foi substituído por um escrivão de polícia e, cerca de um ano e meio depois, o NP passou ao comando de Ibrahim Ramadan, oriundo do *Jornal do Brasil*, que permaneceu com Waldemar e seu parceiro, Percival Gould Faro (Peri Faro). À guisa de curiosidade, em 2/12/1975, dentro do processo trabalhista que envolveu Waldemar e o grupo Folha, a prostituta Iracy Gomes da Silva, casada havia cerca de sete anos com Waldemar e mãe

de dois de seus filhos, fez uma denúncia sobre pagamento a jornalistas das *Folhas* por parte de policiais de São Paulo. Em 4/6/1976, a acusadora retirou a denúncia justificando ter sido manipulada para tal (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo Deops/SP, documento OP 1529. Maurício Maia, O juízo da morte: a violência letal dolosa nas páginas de Notícias Populares e no Tribunal do Juri de São Paulo, 196-1975. São Paulo, tese de doutoramento, ECA-USP, 2004).